A rede privada e a rede federal de ensino superior têm se revezado nas manchetes do noticiário educacional. A primeira concentra mais de 70% das matrículas e está na mira das avaliações do MEC, devido à heterogeneidade das instituições em relação à qualidade dos serviços. A segunda é um manancial para a mídia devido às greves, às cotas, à luta por autonomia financeira e ao anteprojeto da Reforma Universitária, que lhe garante 75% da verba nacional destinada à educação. Com isso, deixamos de lado um universo que responde por grande parte das vagas gratuitas da educação superior: o das universidades estaduais, via de regra abordadas como tema de interesse local.

Sujeitas aos conselhos de educação dos estados, é difícil esboçar um panorama das 75 instituições de nível superior estaduais brasileiras - entre elas, 32 universidades, que reúnem 3.115 cursos de graduação (as 46 federais reúnem 2.102), atendem a quase 430 mil alunos (as federais, 534 mil) e respondem por 30% dos programas de pós-graduação do país (56% são das federais, 0,2% das municipais e 14% das particulares). De nossas dez maiores universidades, três são estaduais (Universidade de São Paulo, Estadual do Piauí e Estadual de Goiás). Seu peso no sistema é indiscutível e é preciso retirar os obstáculos com que se defrontam para acolher a demanda crescente de estudantes e seguir com pesquisas relevantes para suas regiões e para o país.

A USP é um exemplo do nível de excelência que uma estadual pode atingir: instituída em 1934, é um dos centros de inovação mais respeitados da América Latina. USP, Unicamp e Unesp formam o sistema estadual paulista de ensino superior e, desde 1989, um decreto lhes garante autonomia financeira, pela qual as federais lutam até agora, apesar de prevista desde a reforma educacional da década de 30! Com liberdade para gerir seus recursos, a USP aumentou em 11% o número de cursos de graduação e mais de 36% os de pós-graduação. Na Unesp, as matrículas na graduação saltaram de 17.676 para 27.037 e, na Unicamp, de 7.280 para 12.600 (na pós, saltou de 5.767 para 13.466).

E, se elas ainda reclamam por maiores verbas, que dizer das que estão com o "pires na mão", forçadas a brigar, sai ano entra ano, na assembléia legislativa dos estados, por mais "algum"? Das que se vêem em dificuldades até para dar continuidade a propostas pioneiras de democratização do ensino superior?

Uma universidade pública é um patrimônio. As universidades estaduais não podem ser encaradas pela esfera federal como assunto de governos locais, ou por estes como um peso no orçamento. Elas geram conhecimentos que têm impacto expressivo em todas as áreas e integram um sistema educacional que carece de mais coesão para que efetivamente colabore na solução de problemas que se estendem país afora, ignorando fronteiras.